

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2010

LITHO FORMAS PORTUGUESA - Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A., Sociedade Aberta

Contribuinte n.º 500 166 773

Sede Social: Rua D. Nuno Alvares Pereira – 2695 -745 São João da Talha

Capital Social: 2.500.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures

www.lithoformas.pt

Relatório de Gestão	3
Balanço individual em 31 de Dezembro de 2010	6
Demonstração individual dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009	7
Demonstração individual dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009	8
Demonstração individual das alterações no capital próprio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009	9
Anexo às demonstrações financeiras	10
1. Nota introdutória	10
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	12
3. Principais políticas contabilísticas	13
4. Fluxos de caixa	20
5. Partes Relacionadas	20
6. Activos fixos tangíveis	20
7. Locações	22
8. Custos de Empréstimos Obtidos	23
9. Imparidade de Activos	23
10. Inventários	23
11. Rédito	24
12. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes	24
13. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	25
14. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	25
15. Acontecimentos Após a Data do Balanço	25
16. Imposto Sobre o Rendimento	25
17. Instrumentos Financeiros	27
18. Benefícios dos Empregados, Pessoas ao Serviço e Gastos com Pessoal	31
19. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais	31
20. Participações financeiras	32
21. Adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber	32
22. Estado e outros entes públicos	32
23. Reservas legais e outras e excedentes de revalorização	32
24. Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	33
25. Diferimentos	33
26. Fornecimentos e serviços externos	33
27. Depreciações de activos	34
28. Variações de justo valor	34
29. Outros rendimentos e ganhos	34
30. Outros gastos e perdas	34
31. Resultado por acção	34
Composição dos Órgãos Sociais	35
Conselho de Administração	35
Participações no Capital Social	36
Aprovação dos Resultados	37
Certificação Legal de Contas	38
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	40

Relatório de Gestão

1. Introdução

O ano de 2010, e em particular o período Setembro a Dezembro, foi caracterizado pela redução da actividade o que conjugado com o aumento generalizado das matérias-primas verificado ao longo do ano, conduziu a deterioração dos resultados operacionais.

O clima económico de contracção somado à queda natural de alguns dos produtos gráficos que suportam processos de comunicação transaccional contribui de forma decisiva para o cenário vivido ao longo do último ano.

Um importante indicador para a evolução de algumas linhas de produtos é o volume postal que em 2010 voltou a retrair-se (-3,3% no primeiro semestre de 2010 relativamente ao período homólogo de 2009).

O contínuo desenvolvimento de tecnologias de impressão digital *ink-jet* de elevada produtividade tem vindo a ganhar força e irá contribuir para reduzir o consumo de alguns dos tradicionais produtos da Litho Formas.

Por outro lado, a menor sensibilidade aos ciclos económicos da indústria alimentar, permite uma maior estabilidade do mercado de rótulos e etiquetas servido pela Litho Formas. Neste sentido, a necessidade de afirmação das marcas e a sua segmentação em função de nichos, permite sustentar o crescimento desta área de negócio.

2. Actividade

Durante o período em análise facturámos menos 7,5 % em relação ao período homólogo e 12,5% face ao orçamento. Note-se que o orçamento tinha sido realizado num contexto mais positivo.

Em termos de margem bruta as diferenças são mais significativas. Para além da própria queda de facturação, contribuíram significativamente os aumentos verificados nas matérias-primas, muito superiores ao orçamentado. O *product mix* teve também uma influência negativa nos resultados, na medida em que se deu uma queda muito significativa nos produtos de maior valor acrescentado.

Pela positiva ressalta o crescimento superior a 14 % nas vendas de Rótulos & Etiquetas confirmando a aposta neste segmento de mercado.

De facto o peso das matérias-primas e subsidiárias representou 50 % da facturação quando no mesmo período de 2009 representaram 46,1%. Na mesma linha o peso dos CMVMC aumentou de 47,9% para 52,2%

Em termos globais o peso dos gastos com pessoal subiu de 25,8 para 27,9%, no entanto o valor absoluto (2.224.699 €) manteve-se praticamente igual e se descontarmos o efeito do custo das rescisões realizadas (superior a 70.000 €), regista-se uma tendência de descida que se mantém nos primeiros meses do ano de 2011. Em termos de efectivo encerramos o ano com 106 colaboradores, tendo iniciado o ano com 110.

Ao nível das amortizações regista-se um aumento significativo por via dos investimentos realizados, enquanto que ao nível dos FSE se nota uma ligeira redução percentual.

Em termos financeiros os últimos meses são marcados pela deterioração dos prazos de recebimento e pelo aumento dos custos financeiros, devidos ao aumento generalizado das taxas dos empréstimos bancários.

Foi desenvolvido um plano de reestruturação das vendas com vista ao aumento das margens e dos resultados mas que passa igualmente pela redução do número de colaboradores ao serviço. Nesse sentido foram extintos 2 postos de trabalho na área de Vendas directas Lisboa.

No final de Junho foi realizada uma alteração à orgânica da produção, realizada com o objectivo de dinamizar um conjunto de alterações estruturais e culturais necessárias para o reforço da produtividade e redução dos custos da não

qualidade. Deste modo foi ainda possível reduzir custos pela via da redução da Direcção de 5 para 4 membros, no entanto os resultados económicos desta redução só serão sentidos em 2011.

Recordamos que em Abril, já tinham sido realizadas outras alterações mais cirúrgicas à organização da produção e da manutenção, reforçando as competências de controlo de produção e a melhoria da manutenção realizada internamente, cujos resultados são já visíveis.

Durante o 2º e 3º trimestres, realizaram-se uma série de alterações do *layout* produtivo, com vista à melhoria das condições de trabalho e da organização do espaço tendo como objectivo último, uma melhor eficiência das operações. As alterações realizadas permitem ainda repensar a organização global dos espaços com vista à melhoria contínua. Dessa melhoria faz eco a auditoria externa realizada ao Sistema de Gestão da Qualidade e que relevou claros progressos de organização. No mesmo âmbito, ao longo do ano têm sido realizados investimentos em várias acções de formação, visando a melhoria de competências em vários sectores da empresa.

A redução do peso dos *overheads* foi uma preocupação constante ao longo deste ano, mas um efeito mais profundo das medidas tomadas, só este ano terá realmente efeito.

3. Investimento

Não obstante as dificuldades sentidas ao longo do período em análise, foram dados passos seguros de investimento, alguns cuja decisão vinha de 2009 tendo sido concretizados no presente ano.

O reforço da capacidade tecnológica na área dos rótulos, fica assegurada por decisões no presente ano e com reflexo no próximo exercício, totalizando aproximadamente um milhão de euros. O primeiro passo consubstanciou-se numa linha de impressão serigráfica com estampagem a quente, cuja instalação se iniciou em 2010 ainda que a operação só se iniciará no presente ano.

Neste enquadramento a decisão de investimento numa máquina de impressão multi-plataforma conclui o estudo de mercado iniciado mais de 1 ano antes. O equipamento encomendado, de origem japonesa estará em funcionamento em Abril de 2011 e terá como principais aplicações, os rótulos, bilhetes e outros produtos de maior exigência técnica, hoje realizados noutros equipamentos menos eficientes. A entrada em funcionamento irá permitir uma reorganização do fluxo de produção destes produtos com benefícios imediatos e permitindo, só desse modo, o retorno de mais de 70% do investimento.

Ao longo do ano iniciou-se um conjunto de obras de adaptação e manutenção das instalações com vista a melhorar a eficiência das operações e garantir as normas de funcionamento legalmente exigíveis. Tais trabalhos estarão concluídos no primeiro trimestre de 2011.

O total dos investimentos realizados em equipamento básico foi superior a 400.000 euros, estando em curso outros investimentos de valor superior a 450.000 euros.

4. Notas finais

O comportamento muito negativo de 2010, em especial no segundo semestre, tem a virtude de nos obrigar a rever e corrigir processos e métodos de trabalho de forma mais profunda, bem como repensar a própria organização, nomeadamente estabelecendo e reforçando parcerias de longo prazo com outras organizações.

Neste sentido o orçamento para 2011 representa uma projecção prudente, sem retirar a natural e desejável pressão comercial, representando sensivelmente, a manutenção dos valores de 2010 ainda que com uma diferente distribuição.

O Conselho de Administração quer ainda agradecer a todos os colaboradores o esforço e empenho demonstrados em enfrentar as dificuldades sentidas ao longo do ano de 2010. Este agradecimento estende-se aos membros do Conselho fiscal e a todos os parceiros de negócio.

5. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do Exercício de 2010, no valor de 638.298 euros, seja levado à conta de resultados transitados.

São João da Talha, 9 de Março de 2011.

A Administração



Miguel Nuno R. Marques Abranches Pinto



António Assis Nunes



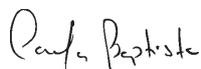
Luís Filipe R. Gonçalves Pereira

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2010

	ACTIVO	Notas	Exercício findo a 31/12/2010	Exercício findo a 31/12/2009
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis		6	4.596.610	4.371.642
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		20	-	-
Participações financeiras - outros métodos		20	10.000	2.684
Outros activos financeiros		17	-	-
Activos por impostos diferidos		16	-	-
			4.606.610	4.374.326
Activo corrente				
Inventários		10	886.326	877.849
Clientes		17	1.984.750	2.383.517
Adiantamentos a fornecedores		21	249.000	-
Estado e outros entes públicos		22	56.303	51.722
Outras contas a receber		21	66.769	95.856
Diferimentos		25	28.285	20.743
Activos financeiros detidos para negociação		17	1.199.205	1.027.976
Outros activos financeiros		17	-	-
Caixa e depósitos bancários		4	62.832	145.024
			4.533.470	4.602.688
Total do activo			9.140.080	8.977.014
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
		Notas	Exercício findo a 31/12/2010	Exercício findo a 31/12/2009
Capital próprio				
Capital realizado		17	2.500.000	2.500.000
Acções (quotas) próprias		17	(48.573)	(48.573)
Outros instrumentos de capital próprio		17	-	-
Prémios de emissão		17	-	-
Reservas legais		22	315.100	309.691
Outras reservas		22	909.596	909.596
Resultados transitados			533.915	344.366
Excedentes de revalorização		22	-	-
			4.210.038	4.015.080
Resultado líquido do período			(638.298)	194.958
Total do capital próprio			3.571.740	4.210.038
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		12	-	-
Financiamentos obtidos		17	2.165.717	457.695
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		18	-	-
Passivos por impostos diferidos		16	531.187	551.088
Outras contas a pagar		24	-	-
			2.696.904	1.008.783
Passivo corrente				
Fornecedores		17	1.625.986	1.595.854
Adiantamentos de clientes		24	-	-
Estado e outros entes públicos		21	123.414	180.831
Accionistas/sócios		5	9.428	9.428
Financiamentos obtidos		17	674.913	1.523.991
Outras contas a pagar		24	390.185	377.361
Diferimentos		25	47.510	70.726
Passivos financeiros detidos para negociação		17	-	-
Outros passivos financeiros		17	-	-
			2.871.436	3.758.192
Total do passivo			5.568.340	4.766.975
Total do capital próprio e do passivo			9.140.081	8.977.013

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



Carla Sofia Jesus Baptista



Miguel Nuno R. Marques Abranches Pinto



António Assis Nunes



Luís Filipe R. Gonçalves Pereira

Demonstração individual dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício findo a	Exercício findo a
		31/12/2010	31/12/2009
Vendas e serviços prestados	11	7.965.596	8.612.392
Subsídios à exploração	13	-	16.916
Varição nos inventários da produção	10	72.101	(14.275)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(4.158.741)	(4.123.226)
Fornecimentos e serviços externos	26	(1.667.179)	(1.837.686)
Gastos com o pessoal	18	(2.224.700)	(2.223.901)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	10	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	17	(80.604)	(12.721)
Provisões (aumentos / reduções)	12	-	-
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor	28	186.245	481.380
Outros rendimentos e ganhos	29	134.227	269.448
Outros gastos e perdas	30	(203.663)	(319.186)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		23.282	849.141
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	27	(642.130)	(562.694)
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	9	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(618.848)	286.447
Juros e rendimentos similares obtidos	8	25.254	1.400
Juros e gastos similares suportados	8	(51.569)	(50.113)
Resultado antes de impostos		(645.163)	237.734
Imposto sobre o rendimento do período	16	6.865	(42.776)
Resultado líquido do período		(638.298)	194.958
Resultado por acção básico	31	(1,31)	0,40

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



Carla Sofia Jesus Baptista



Miguel Nuno R. Marques Abranches Pinto



António Assis Nunes



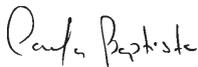
Luís Filipe R. Gonçalves Pereira

Demonstração individual dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2010	Exercício findo a 31/12/2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		9.670.640	10.281.171
Pagamentos a fornecedores		(6.626.636)	(7.228.953)
Pagamentos ao pessoal		(2.081.681)	(2.012.060)
	Caixa gerada pelas operações	<u>962.324</u>	<u>1.040.158</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(577.565)	(635.318)
Outros recebimentos/pagamentos		(395.923)	83.960
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	<u>(11.164)</u>	<u>488.800</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(695.484)	(477.126)
Investimentos financeiros		(126.294)	(742.044)
Outros activos		-	(5.926)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		241.395	283.759
Investimentos financeiros		83.303	749.508
Outros activos		-	112
Juros e rendimentos similares		320	102
Dividendos		24.934	35.062
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	<u>(471.826)</u>	<u>(156.553)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5.658.500	3.818.500
Outras operações de financiamento		-	12.209
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(5.181.728)	(4.058.290)
Juros e gastos similares		(37.062)	(136.796)
Outras operações de financiamento		-	-
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	<u>439.710</u>	<u>(364.377)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(43.280)	(32.130)
Caixa e seus equivalentes no início do período		106.112	138.242
Caixa e seus equivalentes no fim do período		62.832	106.112

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



Carla Sofia Jesus Baptista



Miguel Nuno R. Marques Abranches Pinto



António Assis Nunes



Luís Filipe R. Gonçalves Pereira

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa

Notas	Ações (quotas) próprias		Outros instrumentos de capital próprio		Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
	(48.573)	(48.573)	-	-										
Posição no início do período 01/01/2010	2.500.000	(48.573)	-	-	-	309.691	909.596	344.366	-	-	-	194.958	4.210.038	4.210.038
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(638.298)	(638.298)	(638.298)
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(638.298)	(638.298)	(638.298)
Outras operações	-	-	-	-	-	5.409	-	189.549	-	-	-	(194.958)	-	-
Posição no fim do período 31/12/2010	2.500.000	(48.573)	-	-	-	315.100	909.596	533.915	-	-	-	(638.298)	3.571.740	3.571.740
Valor em balanço	2.500.000	(48.573)	-	-	-	315.100	909.596	533.915	-	-	-	(638.298)	3.571.740	3.571.740

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa

Notas	Ações (quotas) próprias		Outros instrumentos de capital próprio		Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
	(48.573)	(48.573)	-	-										
Posição no início do período 01/01/2009	2.500.000	(48.573)	-	-	-	309.691	909.596	1.883.710	-	-	-	(1.539.344)	4.015.080	4.015.080
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194.958	194.958	194.958
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	(1.539.344)	-	-	-	194.958	194.958	194.958
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	(1.539.344)	-	-	-	(1.539.344)	-	-
Posição no fim do período 31/12/2009	2.500.000	(48.573)	-	-	-	309.691	909.596	344.366	-	-	-	194.958	4.210.038	4.210.038
Valor em balanço	2.500.000	(48.573)	-	-	-	309.691	909.596	344.366	-	-	-	194.958	4.210.038	4.210.038

Anexo às demonstrações financeiras

1. Nota introdutória

A Litho Formas Portuguesa é uma sociedade anónima, foi constituída em 5 de Dezembro de 1966 e tem a sua sede em Rua D. Nuno Álvares Pereira – Vale Figueira – 2695-748 São João da Talha.

A Litho Formas desenvolve a sua actividade na área das Artes Gráficas, nomeadamente em;

Comunicação Empresarial:

No seu dia a dia as Empresas necessitam de comunicar formalmente com os seus parceiros de negócio, através do envio de documentos impressos com as mais distintas funcionalidades: apresentações, propostas, cartas, facturas, avisos vencimento, extractos de conta, pagamentos, etc.

Na nossa gama de produtos temos solução para esta necessidade:

- Papel A4, personalizado com Logo;
- Papel Contínuo Personalizado, simples ou multivias;
- Envelopes;
- Cartões de visita e de Cumprimentos;
- Papel A4 embalado.

Comunicação Marketing:

As relações com os Mercados dominam as preocupações dos gestores, desempenhando o Marketing, através das suas diferentes vertentes, um papel determinante, onde as acções com recurso a produtos gráficos ocupam um espaço relevante, para o qual a Litho Formas apresenta diversas soluções:

- Marketing Directo;
- Impressão Digital;
- Marketing Relacional 1 to 1;
- Folhetos;
- Catálogos;
- Cartazes.

CPD / Centros de Finishing:

Para os grandes utilizadores a Litho Formas tem uma linha de produtos próprios que radicam na sua grande capacidade de Impressão em Rotativas Offset:

- Bobines papel Laser, pré-impresso;
- A4 Laser Pré impresso;
- Formulário Laser Contínuo;
- Envelopes;
- *Selfmailers*.

Impressão Segurança:

Ao longo dos anos a Litho Formas desenvolveu soluções de segurança em documentos, que a consagraram como um dos principais operadores a nível nacional. A nossa experiência neste domínio alargou-se e hoje utilizamos diversas soluções de Segurança, em diversos produtos:

- Cheques Bancários;
- Documentos com Cheque Bancário Integrado (Carta Cheque);
- Letras e Livranças;
- Bilhetes Espectáculos;
- Títulos de Transporte;
- Etiquetas “Brand Protection”.

Soluções de Etiquetas:

As etiquetas, maioritariamente auto-adesivas, são utilizadas hoje com as mais diversas finalidades desde a rotulagem, à gestão de processos industriais. A Litho Formas oferece ao mercado todo o tipo de etiquetas, independentemente dos sistemas de aplicação ou de impressão:

- Etiquetas Térmicas em Rolo;
- Etiquetas A4 Laser;
- Rótulos para Indústria Alimentar;
- Rótulos para Vinhos;
- Rótulos para Indústria Química;
- Etiquetas com Códigos de Barras;
- Etiquetas de Segurança “auto destrutíveis”;
- Etiquetas para Balanças.

POD / Print-on-Demand:

A necessidade de responder com dinamismo e rapidez a algumas aplicações e clientes que necessitam de uma resposta de impressão inferior a 24 horas, implicou a aquisição de tecnologia direccionada a este tipo de mercado. O recurso a Impressoras Digitais a cores de alto volume e com qualidade equivalente ao Offset permitem-nos oferecer serviços rápidos para:

- Suporte à Gestão de eventos;
- Programas de retenção Hotelaria;
- Etiquetagem e Cartazes para grandes superfícies;
- Suporte promocional a cadeias de Franchising.

Produtos Especiais:

A nossa capacidade e os recursos disponíveis permitem-nos ainda apresentar soluções que envolvem produtos especiais desenvolvidos à medida do Objectivo dos nossos clientes:

- Cartões plásticos integrados;
- Etiquetas integradas;
- *Mailers* com Código de barras;
- Numerações especiais;
- Estampagem de hologramas;
- *Self Mailers* (Pressure Seal).

Bilhética & Parkings:

Fruto do nosso conhecimento e domínio na impressão de papéis térmicos, desenvolvemos nos últimos três anos competências próprias de produção de todo o tipo de Bilhetes, servindo neste momento a maioria dos integradores deste tipo de Sistemas, com diversos tipos de soluções:

- Bilhetes Térmicos Estacionamento;
- *Boarding pass*;
- Bilhetes Térmicos Transportes;
- Bilhetes Térmicos Futebol;
- Bilhetes Térmicos Espectáculos;
- Bilhetes Digitais com hologramas.

Fullfilment:

À crescente necessidade de alguns clientes em se concentrarem na sua actividade principal, respondeu a Litho Formas com a prestação do serviço de Personalização de Documentos e Envelopagem. Estamos preparados para a execução de:

- Extratação;
- Circulares;
- Comunicações Marketing;
- Endereçamento de publicações;
- Programas de fidelização.

A empresa opera em todo o Território Nacional e exporta, principalmente, para o mercado de Espanha e França

A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para a emissão em 09/03/2011. De acordo com a legislação comercial em vigor, as contas emitidas são sujeitas a aprovação em Assembleia Geral .

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas nos termos do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) publicadas nos avisos do Ministério das Finanças números 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, respectivamente.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade e as Directrizes contabilísticas emitidas pelo CNC, as quais foram revogadas com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. Assim o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 é o primeiro exercício em que a Empresa adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As seguintes reconciliações explicam a forma como a transição para as NCRF afectou a posição financeira, os resultados e os fluxos de caixa reportados.

Reconciliação do capital próprio:

	31/12/2009	01/01/2009
Capital próprio relatado segundo o normativo contabilístico anterior	<u>2.342.688</u>	<u>2.234.515</u>
Efeitos de alterações de políticas contabilísticas	-	-
Variações de Justo valor nos Activos financeiros detidos para negociação	52.080	52.080
IDP relativo às variações de Justo valor dos Activos Financeiros (Acções) a 01.01.2009	(13.801)	(13.801)
Justo valor do terreno e do complexo industrial como custo considerado em 01.01.2009	2.241.355	2.241.355
Pelo reconhecimento do Imposto Diferido Passivo referente ao custo considerado do "terreno e do complexo industrial"	(503.103)	(503.103)
Correcção relativa à conta credora "Litho Formas Lda"	4.035	4.035
Impacto nos resultados de 2009 (ver nosta seguinte)	86.784	-
	<u>1.867.350</u>	<u>1.780.566</u>
Efeito fiscal	-	-
Alteração em capital próprio decorrente de alterações de políticas contabilísticas	<u>1.867.350</u>	<u>1.780.566</u>
Capital próprio relatado segundo o normativo contabilístico em vigor	<u>4.210.038</u>	<u>4.015.080</u>

Reconciliação do resultado líquido

	31/12/2009
Resultado líquido relatado segundo o normativo contabilístico anterior	<u>108.173,58</u>
Efeitos de alterações de políticas contabilísticas	-
Variações de Justo valor nos Activos financeiros detidos para negociação	129.320,84
Correcção das amortizações do "complexo industrial" devido ao novo custo considerado	(11.246,79)
Reversão do Imposto diferido passivo relativo	2.980,40
IDP relativo às variações de Justo valor dos Activos Financeiros (Acções)	(34.270,02)
	<u>86.784,43</u>
Efeito fiscal	-
Alteração no resultado líquido decorrente de alterações de políticas contabilísticas	<u>86.784,43</u>
Resultado líquido relatado segundo o normativo contabilístico em vigor	<u>194.958,01</u>

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa:

	De acordo com o anterior normativo contabilístico	Ajustamentos de transição para o novo normativo contabilístico	De acordo com o normativo contabilístico em vigor
Fluxo de caixa das actividades operacionais	523.861	(35.061)	488.800
Fluxo de caixa das actividades de investimento	(191.614)	35.061	(156.553)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento	(364.377)	-	(364.377)
Variação de caixa e seus equivalentes	(32.130)	-	(32.130)
Efeito das alterações na taxa de câmbio	-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	138.242	-	138.242
Caixa e seus equivalentes no fim do período	106.112	-	106.112

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, excepto no que respeita aos imóveis classificados como activos fixos tangíveis. As principais políticas contabilísticas adoptadas são apresentadas a seguir.

3.2 Outros activos intangíveis

Os activos intangíveis distintos do goodwill são registados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com actividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

É reconhecido um activo intangível gerado internamente resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projecto apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as condições previstas na NCRF 6. O montante inicialmente reconhecido do activo intangível gerado internamente consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições referidas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

As depreciações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis, excepto quando a vida útil é considerada indefinida. Os activos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo antes sujeitos as testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que possa estar em imparidade.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários activos intangíveis são revistos anualmente e ajustados quando apropriado. A informação sobre as vidas úteis estimadas dos activos intangíveis com vida útil finita encontra-se indicada na nota respectiva.

3.3 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Todos os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício e dos exercícios seguintes. A informação sobre as vidas úteis estimadas dos activos fixos tangíveis finita encontra-se indicada na nota respectiva.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.4 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os activos intangíveis com uma vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido, como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.6 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada não através de do seu uso continuado mais sim através de uma venda. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições actuais. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que o Grupo retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de actos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha recta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um acto específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros actos, o reconhecimento do rédito é adiado até que o acto significativo seja executado.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

3.8 Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas

em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

3.9 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e quando estiverem em curso as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.10 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição relevante e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.11 Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- i) Mercadorias e matérias-primas: As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.
- ii) Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso: Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em custos operacionais.

3.12 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem: (i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado; (ii) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e; (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da Empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais do instrumento.

Os activos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Investimentos em instrumentos de capital próprio

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, se aplicável.

Todos os activos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Clientes e outras contas a receber correntes

As dívidas de clientes e outras contas a receber correntes são registadas pelo respectivo valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas contas a receber não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto do desconto em créditos concedidos em prazos tão curtos.

As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado demonstrando que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verificam atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;

- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos.

Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso e reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, excepto se a empresa detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

Outros activos e passivos ao custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes activos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros).

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações do justo valor mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa são classificados de acordo com a substância contratual da transacção e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio.

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão.

Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital da propria entidade são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil dos activos tangíveis
- Imparidade das dívidas a receber
- Diferimentos
- Devedores e Credores por Acréscimos

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final do período são como apresentados abaixo.

	31/12/2010	31/12/2009
Caixa	83	2.994
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	62.748	103.118
	<u>62.832</u>	<u>106.111</u>

5. Partes Relacionadas

A empresa não tem qualquer tipo de transacção com os seus administradores ou accionistas.

6. Activos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de activos fixos apresenta a seguinte composição.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Activos fixos tangíveis			
Valor bruto	16.586.562	15.795.492	17.105.394
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	11.989.952	11.423.850	12.673.758
Quantia escriturada	<u>4.596.610</u>	<u>4.371.642</u>	<u>4.431.637</u>
Terrenos e recursos naturais	625.000	625.000	625.000
Edifícios e outras construções	1.804.232	1.881.284	1.972.238
Equipamento básico (modelo custo)	1.599.938	1.498.529	1.485.530
Equipamento de transporte (modelo custo)	80.489	51.539	1.034
Equipamento administrativo (modelo custo)	24.838	35.759	70.225
Outros activos fixos tangíveis (modelo custo)	299	7.988	17.068
Activos fixos tangíveis em curso	461.814	271.543	260.542
Quantia escriturada	<u>4.596.610</u>	<u>4.371.642</u>	<u>4.431.637</u>

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado abaixo.

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento biológico	Outros activos fixos tangíveis e em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2009	625.000	3.481.671	11.683.593	229.129	629.576	-	456.425	17.105.394
Amortizações acumuladas a 01/01/2009	-	(1.509.433)	(10.198.063)	(228.096)	(559.351)	-	(178.815)	(12.673.758)
Quantia escriturada a 01/01/2009	625.000	1.972.238	1.485.530	1.034	70.225	-	277.610	4.431.637
Aquisições	-	-	150.105	67.668	10.173	-	298.844	526.790
	625.000	1.972.238	1.635.635	68.702	80.398	-	576.454	4.958.427
Gastos com depreciações	-	(77.052)	(442.218)	(16.129)	(27.295)	-	-	(562.694)
Abates	-	-	(1.542.280)	(20.713)	-	-	-	(1.562.993)
Alienações	-	-	-	(13.982)	-	-	-	(13.982)
Transferências	-	-	-	-	52.167	-	(311.884)	(259.717)
	625.000	1.895.186	(348.863)	17.878	105.270	-	264.569	2.559.040
Quantia escriturada bruta a 31/12/2009	625.000	3.481.671	10.291.418	262.102	691.916	-	443.385	15.795.492
Amortizações acumuladas a 31/12/2009	-	(1.600.387)	(8.792.889)	(210.563)	(656.157)	-	(163.853)	(11.423.850)
Quantia escriturada a 31/12/2009	625.000	1.881.284	1.498.529	51.539	35.759	-	279.531	4.371.642

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento biológico	Outros activos fixos tangíveis e em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2009	625.000	3.481.671	10.291.418	262.102	691.916	-	443.385	15.795.492
Amortizações acumuladas a 31/12/2009	-	(1.600.387)	(8.792.889)	(210.563)	(656.157)	-	(163.853)	(11.423.850)
Quantia escriturada a 31/12/2009	625.000	1.881.284	1.498.529	51.539	35.759	-	279.531	4.371.642
Aquisições	-	-	315.577	59.605	8.396	-	546.389	929.966
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
	625.000	1.881.284	1.814.106	111.144	44.154	-	825.920	5.301.608
Gastos com depreciações	-	(77.052)	(507.418)	(30.655)	(19.317)	-	(7.689)	(642.130)
Alienações	-	-	(138.896)	-	-	-	-	(138.896)
Transferências	-	-	356.118	-	-	-	(356.118)	-
	625.000	1.804.232	1.523.910	80.489	24.838	-	462.113	4.520.582
Quantia escriturada bruta a 31/12/2010	625.000	3.481.671	10.824.217	321.707	700.312	-	633.655	16.586.562
Amortizações acumuladas a 31/12/2010	-	(1.677.439)	(9.224.279)	(241.218)	(675.474)	-	(171.542)	(11.989.952)
Quantia escriturada a 31/12/2010	625.000	1.804.232	1.599.938	80.489	24.838	-	462.113	4.596.610

Os gastos com depreciações acima identificados no montante de 642.130,23 Eur (2009: 562.693,84 Eur) encontram-se registadas na rubrica de gastos / reversões de depreciação e amortização.

Vida útil

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos activos fixos tangíveis amortizados de acordo como o método da linha recta.

	Intervalo de vida útil
Edifícios e outras construções	[25 a 50 anos]
Equipamento básico	[5 a 7 anos]
Equipamento de transporte	[4 a 5 anos]
Equipamento administrativo	[4 a 10 anos]
Outros activos fixos tangíveis	[5 a 10 anos]

Activos fixos tangíveis em locação financeira

Os activos abaixo indicados foram adquiridos por meio de um contrato de locação financeira (ver nota 11)

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor bruto	1.497.864	1.695.891	1.426.309
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	717.291	669.335	377.586
Valor líquido	780.573	1.026.556	1.048.723
Equipamento básico	1.435.449	1.661.733	1.426.309
Equipamento de transporte	62.415	34.158	-
Valor bruto	1.497.864	1.695.891	1.426.309

7. Locações

Locações financeiras (como locatário)

A quantia escriturada líquida dos activos detidos sob contratos de locação financeira é como indicada abaixo.

	31/12/2010			31/12/2009		
	Quantia escriturada bruta	Amortização / perdas de imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia escriturada bruta	Amortização / perdas de imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	1.497.864	717.291	780.573	1.695.891	669.335	1.026.556
	1.497.864	717.291	780.573	1.695.891	669.335	1.026.556

A Empresa assumiu uma posição de locatária em contratos de locação financeira relacionados com os activos acima indicados. As principais características dos contratos de locação financeira são como apresentadas abaixo.

Os contratos de locação encontram-se denominados exclusivamente em Euros.

Apresenta-se de seguida a reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente.

	31/12/2010		31/12/2009	
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Não mais de um ano	19.766	12.426	7.822	3.441
Mais de um ano e não mais de cinco anos	13.021	6.766	31.862	18.804
	32.787	19.192	39.684	22.246
Efeito financeiro do desconto		-		-
Valor presente dos pagamentos mínimos		19.192		22.246

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não foram reconhecidos quaisquer gastos relacionados com rendas contingentes relativas a contratos de locação financeira.

Locações operacionais (como locatário)

A Empresa assumiu uma posição de locatária em contratos de locação operacional. Os contratos de locação são relativos a viaturas ligeiras de passageiros.

O total dos pagamentos mínimos futuros da locação são como apresentados abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Não mais de um ano	19.766	7.822
Mais de um ano e não mais de cinco anos	13.021	31.862
Mais de cinco anos	-	-
	<u>32.787</u>	<u>39.684</u>

O montante reconhecido como um gasto relativo a locações operacionais é apresentado abaixo:

8. Custos de Empréstimos Obtidos

O custo de empréstimos obtidos nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como se apresenta abaixo.

	31/12/2010	31/12/2009
Juros suportados	-	-
Juros de financiamentos obtidos	30.430	9.695
Juros de mora e compensatórios	1.539	-
Juros de contratos de locação financeira	12.287	16.261
Outros empréstimos obtidos	7.312	-
Outros juros	-	24.156
Diferenças de câmbio desfavoráveis (favoráveis) relativas a actividade operacional	1.621	5.926
	<u>53.189</u>	<u>56.039</u>

9. Imparidade de Activos

A empresa considera que não existe perda de imparidade dos Activos.

10. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de inventários apresenta a seguinte composição.

	31/12/2010			31/12/2009		
	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade	Quantia líquida escriturada	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade	Quantia líquida escriturada
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	612.029	-	612.029	670.345	-	670.345
Produtos e trabalhos em curso	253.426	-	253.426	178.507	-	178.507
Produtos acabados	11.814	-	11.814	14.588	-	14.588
Mercadorias	9.057	-	9.057	14.409	-	14.409
	<u>886.326</u>	-	<u>886.326</u>	<u>877.849</u>	-	<u>877.849</u>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é como apresentado abaixo.

	Matérias-primas, subsidiárias e de		Total
	consumo	Mercadorias	
Saldo a 01/01/2009	709.441	15.288	724.729
Aquisições no exercício	3.646.248	444.790	4.091.038
Regularizações no exercício	1.439	(9.225)	(7.786)
Saldo a 31/12/2009	670.345	14.409	684.754
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.686.783	436.444	4.123.227
Saldo a 31/12/2009	670.345	14.409	684.754
Aquisições no exercício	3.536.492	577.445	4.113.937
Regularizações no exercício	(14.177)	(4.687)	(18.864)
Saldo a 31/12/2010	612.029	9.057	621.086
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.580.631	578.110	4.158.741

Variação nos inventários da produção

A variação nos inventários da produção é como apresentada abaixo.

	Produtos e	Produtos	Total
	trabalhos em	acabados	
	curso		
Saldo a 01/01/2009	194.164	13.206	207.370
Saldo a 31/12/2009	178.507	14.588	193.095
Varição nos inventários da produção	(15.657)	1.382	(14.275)
Saldo a 31/12/2009	178.507	14.588	193.095
Regularizações no exercício	-	44	44
Saldo a 31/12/2010	253.426	11.814	265.240
Varição nos inventários da produção	74.919	(2.818)	72.101

11. Rédito

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como apresentado abaixo.

	31/12/2010	31/12/2009
Rédito derivado da venda de bens		
Mercadorias	748.080	547.449
Produtos Acabados	7.138.931	7.991.554
Subprodutos e desperdícios	78.585	73.389
	7.965.596	8.612.392

O rédito decorrente foi obtido de nos seguintes mercados geográficos.

	31/12/2010	31/12/2009
Rédito derivado da venda de bens		
Mercado Nacional	6.654.447	7.131.969
Mercado Comunitário	1.265.196	1.438.955
Mercado Extra-Comunitário	45.953	41.468
	7.965.596	8.612.392

12. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

A empresa não constituiu nenhuma provisão porque não tem conhecimento de nenhum processo contra a empresa e nem perspectiva que venha a ter no futuro.

13. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A Litho Formas não tem nenhum subsídio do governo. No entanto a empresa beneficiou de uma taxa de juro bonificada no empréstimo do Prime Invest IV de 1,25%.

14. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa reconheceu em resultados as seguintes diferenças de câmbio.

	31/12/2010	31/12/2009
Diferenças de cambio desfavoráveis	(1.621)	(5.926)
Diferenças de câmbio favoráveis	93	112
	<u>(1.528)</u>	<u>(5.814)</u>

15. Acontecimentos Após a Data do Balanço

A empresa não tem conhecimento de nenhum facto que possa influenciar ou alterar os resultados após a data de fecho do Balanço.

16. Imposto Sobre o Rendimento

Os principais componentes de gasto (rendimento) de impostos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como apresentados abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Imposto corrente		
Gasto (rendimento) por impostos correntes	13.036	13.777
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	-	-
	<u>13.036</u>	<u>13.777</u>
Impostos diferidos		
A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias	(19.901)	29.000
	<u>(19.901)</u>	<u>29.000</u>
	<u>(6.865)</u>	<u>42.776</u>
Imposto sobre o rendimento do período		
Do qual		
Reconhecido em resultados	<u>(6.865)</u>	<u>42.776</u>

Apresenta-se de seguida a reconciliação entre o resultado contabilístico do exercício multiplicado pela taxa de imposto e o montante do gasto (rendimento) de imposto no exercício.

	31/12/2010		31/12/2009	
	Valor	%	Valor	%
Resultado antes de imposto	(645.163)	100,0%	237.734	100,0%
Taxa de imposto do exercício	25,0%	25,0%	26,5%	26,5%
Imposto esperado à taxa do exercício	(161.291)	25,0%	63.000	26,5%
Efeito das diferenças permanentes (a)	9.757	(1,5%)	(134.183)	20,8%
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos diferidos no exercício	151.534	(23,5%)	14.630	(2,3%)
Tributações autónomas	13.036	(2,0%)	13.777	(2,1%)
Gasto com impostos sobre o rendimento / Taxa efectiva de imposto	<u>13.036</u>	<u>(2,0%)</u>	<u>(42.776)</u>	<u>42,9%</u>

Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis e ou benefícios fiscais reportáveis ascendiam a 2.055.947 Eur (2009: 1.505.994 Eur). A data limite para a utilização desses créditos fiscais é como apresentada abaixo:

	Montante	Exercício de expiração
Prejuízos fiscais		
	2008	2014
	(1.119.305)	
	2009	2015
	(386.689)	
	2010	2014
	(549.953)	
	<u>(2.055.947)</u>	

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos é como apresentado abaixo:

Activos e passivos por imposto diferido reconhecidos	31/12/2010		31/12/2009	
	Activos por imposto diferido	Passivos por imposto diferido	Activos por imposto diferido	Passivos por imposto diferido
Diferenças temporárias decorrentes de mensuração de justo valor		(38.457)		(48.071)
Imposto Diferido Passivo " terreno e do complexo industrial"	-	(492.730)	-	(503.017)
	-	<u>(531.187)</u>	-	<u>(551.088)</u>

Por considerar que não existem expectativas razoáveis da geração de lucros fiscais futuros, a empresa não reconheceu activos por imposto diferido resultantes de diferenças temporárias dedutíveis, nos montantes abaixo:

Activos por imposto diferido não reconhecidos	31/12/2010	31/12/2009
Prejuízos fiscais reportáveis	513.987	376.499

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000 inclusive e cinco anos a partir de 2002), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa do ano de 2006 estão sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

17. Instrumentos Financeiros

Categorias de activos e passivos financeiros

Na data de relato, as principais categorias de activos e passivos financeiros são como apresentadas abaixo:

	31/12/2010				31/12/2009			
	Mensurados ao justo valor por resultados	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	Total	Mensurados ao justo valor por resultados	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	Total
Activos não correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações financeiras - outros métodos	1.917	10.000	-	11.917	2.684	-	-	2.684
	<u>1.917</u>	<u>10.000</u>	<u>-</u>	<u>11.917</u>	<u>2.684</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.684</u>
Activos correntes								
Clientes	-	1.984.750	-	1.984.750	-	2.383.517	-	2.383.517
Adiantamentos a fornecedores	-	249.000	-	249.000	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	66.769	-	66.769	-	95.856	-	95.856
Activos financeiros detidos para negociação	1.197.289	-	-	1.197.289	1.027.976	-	-	1.027.976
	<u>1.197.289</u>	<u>2.300.519</u>	<u>-</u>	<u>3.497.808</u>	<u>1.027.976</u>	<u>2.479.373</u>	<u>-</u>	<u>3.507.349</u>

	31/12/2010			31/12/2009		
	Mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Mensurados ao custo amortizado	Total	Mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos não correntes	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	2.165.717	2.165.717	-	457.695	457.695
	<u>-</u>	<u>2.165.717</u>	<u>2.165.717</u>	<u>-</u>	<u>457.695</u>	<u>457.695</u>
Passivos correntes						
Fornecedores	-	1.625.986	1.625.986	-	1.595.854	1.595.854
Adiantamentos de clientes	-	9.428	9.428	-	9.428	9.428
Financiamentos obtidos	-	674.913	674.913	-	1.523.991	1.523.991
Outras contas a pagar	-	390.185	390.185	-	377.361	377.361
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>2.700.512</u>	<u>2.700.512</u>	<u>-</u>	<u>3.506.634</u>	<u>3.506.634</u>

Activos financeiros para os quais tenha sido reconhecida imparidade

Na data de relato, o detalhe por classe de activo dos activos financeiros em que foi reconhecida imparidade é como se segue.

	31/12/2010			31/12/2009		
	Custo / custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada	Custo / custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada
Activos correntes						
Clientes	2.355.826	(371.076)	1.984.750	2.673.989	(290.472)	2.383.517
	<u>2.355.826</u>	<u>(371.076)</u>	<u>1.984.750</u>	<u>2.673.989</u>	<u>(290.472)</u>	<u>2.383.517</u>

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram reconhecidas perdas por imparidade em dívidas a receber no montante de 371.076 Eur (2009: 290.472 Eur).

Activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor

Os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

- Nível 1 O justo valor é determinado com base em preços de mercado activos.
- Nível 2 Restantes activos e passivos financeiros (excluindo instrumentos derivados) – modelos de valorização geralmente aceites, baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando, tanto quanto possível, informação de mercado observável, sendo ajustados por referência a transacções de mercado recentes.
- Nível 3 Instrumentos derivados não cotados em mercado activos e líquidos – (a) modelos de valorização de opções para opções; (b) modelos baseados em fluxos de caixa descontados com recurso a “yield curves” apropriadas à duração dos instrumentos, no caso de forwards e swaps.

O justo valor dos activos e passivos financeiros determinados por recurso a modelos de valorização teve por base a cotação em mercado regulamentado.

O detalhe da forma de determinação dos justos valores dos activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por resultados é conforme se segue:

	31/12/2010				31/12/2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros								
Activos detidos para negociação	1.197.289	-	-	1.197.289	1.027.076	-	-	1.027.076
Participações financeiras - outros métodos	1.917	-	-	1.917	2.684	-	-	2.684
	1.199.205	-	-	1.199.205	1.029.760	-	-	1.029.760

Financiamentos obtidos

Na data de relato o detalhe dos financiamentos obtidos é como apresentado abaixo:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos bancários	1.782.317	288.438	-	1.056.413
Locações financeiras	383.401	386.475	457.695	467.579
	2.165.717	674.913	457.695	1.523.991

As principais características dos financiamentos obtidos são como apresentadas abaixo:

Contrato	Plafond	Maturidade	Taxa juro	Montante em dívida			Notas
				Corrente	Não corrente	Incumprimento	
PME Invest VI	1.000.000	Set-16	3,696%	166.667	785.917	-	-
PME Invest IV	750.000	Set-14	1,749%	-	746.400	-	-
PME Invest IV	250.000	Set-14	1,867%	-	250.000	-	-
Conta Corrente	400.000	Mai-11	2,974%	75.000	-	-	-
Conta Corrente	400.000	Jan-11	6,724%	50.000	-	-	-
Conta Corrente	400.000	Mar-11	4,474%	-	-	-	-
Conta Corrente	300.000	Dez-11	3,224%	-	-	-	-
Conta Corrente	100.000	Jan-11	1,915%	(3.229)	-	-	-
Leasing Financeiro Equipamento HP	540.000	Ago-12	1,524%	140.474	18.786	-	-
Leasing Financeiro Equipamento Omega	270.000	Mai-12	1,524%	69.721	25.246	-	-
Leasing Financeiro Equipamento Galaxie	199.500	Jul-15	2,001%	37.862	142.939	-	-
Leasing Financeiro Equipamento Drent	175.424	Fev-13	1,474%	43.577	51.463	-	-
Leasing Financeiro Equipamento Konica	173.716	Ago-15	5,500%	21.426	87.152	-	-
Leasing Financeiro Equipamento Kern	137.500	Set-11	1,774%	26.269	-	-	-
Leasing Financeiro Equipamento Kern b	78.809	Fev-12	2,001%	20.139	3.268	-	-
Leasing Financeiro Equipamento Igen	60.000	Mar-13	2,500%	14.782	20.228	-	-
Leasing Financeiro Veiculo Mercadorias	28.257	Mai-14	2,156%	6.773	17.549	-	-
Leasing Financeiro Veiculos Ligeiros	28.465	Nov-14	2,800%	5.450	16.769	-	-

A maturidade dos empréstimos mais locações financeiras, classificados como não corrente é como apresentada abaixo:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Exercício de 2011						
Exercício de 2012	677.603	54.092	731.695	316.819	14.027	330.846
Exercício de 2013	586.251	36.158	622.409	118.715	2.623	121.338
Exercício de 2014	574.326	22.170	596.497	16.709	276	16.985
Exercício de 2015	208.287	9.436	217.723	5.452	69	5.522
Exercício de 2016	119.250	2.952	122.202	-	-	-
Após o exercício de 2016	-	-	-	-	-	-
	2.165.717	124.808	2.290.525	457.695	16.995	474.691

Elementos de rendimentos, gastos, ganhos e perdas

	31/12/2010		31/12/2009	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Activos financeiros mensurados ao justo valor por resultados				
Aplicação do justo valor	186.246	-	481.321	-
Alienações de Activos ao justo valor	87.266	(108.712)	48.464	(266.239)
Dividendos	25.254	-	35.062	-
	298.766	(108.712)	564.846	(266.239)

Riscos relativos a instrumentos financeiros

As actividades da Empresa expõem-na a uma variedade de factores de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo fundamentalmente risco de preço, risco de taxa de juro e risco cambial), risco de crédito e risco de liquidez. A empresa mantém um programa de gestão do risco, focado na análise dos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

Risco de crédito

Os activos financeiros detidos pela Empresa expostos ao risco de crédito são como apresentados abaixo:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada
Dividas em incumprimento						
Reclamadas judicialmente	371.303	371.076	227	290.472	290.472	-
Até 6 meses	751.305	-	751.305	1.092.247	-	1.092.247
Entre 6 a 12 meses	86.014	-	86.014	3.436	-	3.436
Entre 12 a 18 meses	19.359	-	19.359	22.543	-	22.543
Entre 18 e 24 meses	-	-	-	-	-	-
Há mais de 24 meses	-	-	-	-	-	-
Dividas não vencidas	1.194.613	-	1.194.613	1.361.148	-	1.361.148
Dívidas sem maturidade definida	-	-	-	-	-	-
	2.422.594	371.076	2.051.519	2.769.845	290.472	2.479.373
Das quais registadas na rubrica de						
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-
Clientes	1.984.750	-	-	2.383.517	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	66.769	-	-	95.856	-	-

Risco de liquidez

A maturidade contratual das dívidas a pagar são como se apresenta a seguir.

	31/12/2010	31/12/2009
Dividas vencidas		
Até 3 meses	-	-
Dividas não vencidas		
A vencer até 3 meses	1.625.986	1.595.854
A vencer entre 3 a 12 meses	390.185	377.361
A vencer entre 1 a 5 anos	2.840.630	1.981.686
A vencer a mais de 5 anos	-	-
Dívidas sem maturidade definida	9.428	9.428
	4.866.229	3.964.329
Das quais registadas na rubrica de		
Financiamentos obtidos	2.840.630	1.981.686
Outras contas a pagar	390.185	377.361
Fornecedores	1.625.986	1.595.854
Adiantamentos de clientes	-	-
Accionistas/sócios	9.428	9.428
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros passivos financeiros	-	-
	4.866.229	3.964.329

A relação entre a maturidade contratual dos activos e passivos financeiros é como apresentada abaixo:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Activos financeiros	Passivos financeiros	Valor líquido	Activos financeiros	Passivos financeiros	Valor líquido
Dividas vencidas	856.678	-	856.678	1.022.369	-	1.022.369
A vencer até 3 meses	1.194.613	1.625.986	(431.373)	1.361.148	1.595.854	(234.706)
A vencer entre 3 a 12 meses	-	390.185	(390.185)	-	377.361	(377.361)
A vencer entre 1 a 5 anos	-	2.840.630	(2.840.630)	-	1.981.686	(1.981.686)
A vencer a mais de 5 anos	-	-	-	-	-	-
Dívidas sem maturidade definida	-	9.428	(9.428)	-	9.428	(9.428)
	2.051.291	4.866.229	(2.814.938)	2.383.517	3.964.329	(1.580.812)

Os prazos médios, quer de recebimentos, quer de pagamentos são cerca de 90 dias.

Risco de taxa de câmbio

Os instrumentos financeiros detidos pela empresa encontram-se titulados nas seguintes moedas:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Activos financeiros	Passivos financeiros	Valor líquido	Activos financeiros	Passivos financeiros	Valor líquido
Euros (EUR)	827.298	-	827.298	668.411	-	668.411
Doláres dos Estados Unidos (USD)	223.721	-	223.721	269.935	-	269.935
Libra Estrelina (GBP)	148.185	-	148.185	89.630	-	89.630
	1.199.205	-	1.199.205	1.027.976	-	1.027.976

Instrumentos de capital próprio

O capital social emitido pela Empresa apresenta a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Capital social	2.500.000	2.500.000	2.500.000
Acções próprias em carteira	(60.505)	(60.505)	(60.505)
Prémios (descontos) na emissão de acções	11.932	11.932	11.932
	<u>2.451.428</u>	<u>2.451.428</u>	<u>2.451.428</u>

Na data de relato o número de acções representativas do capital social da entidade, as respectivas categorias e o seu valor nominal são como apresentados abaixo:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009
	Valor nominal	N.º de acções	Valor nominal	Valor nominal	Valor nominal
Acções	5	500.000	2.500.000	5	500.000
					2.500.000

18. Benefícios dos Empregados, Pessoas ao Serviço e Gastos com Pessoal

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

	31/12/2010	31/12/2009
Remunerações dos órgãos sociais	76.333	89.449
Remunerações do pessoal	1.720.560	1.714.144
Indemnizações	70.232	-
Encargos sobre remunerações	327.854	386.010
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	13.870	16.324
Gastos de acção social	2.383	16.597
Outros	13.469	1.378
	<u>2.224.700</u>	<u>2.223.901</u>

19. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

Certificação Legal de Contas	9.312 euros
Assistência Fiscal	4.200 euros
Despesas deslocações	359 euros
Formação	250 euros

A empresa não tem dívidas em mora ao estado e tem sua situação regularizada com a segurança social.

20. Participações financeiras

Apresenta-se abaixo a reconciliação entre a quantia líquida escriturada no início e final do período das participações financeiras detidas pela Empresa.

	Ao metodo da equivalencia patrimonial	Ao justo valor	Ao metodo do custo	Total
	Quantia bruta escriturada inicial	-	7.662	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	(4.978)	-	-
Quantia líquida escriturada inicial	-	2.684	-	-
Outras aquisições	-	-	10.000	-
Perdas por imparidade	-	(767)	-	-
Quantia líquida escriturada final	-	1.917	10.000	-
Quantia bruta escriturada final	-	7.662	10.000	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	(5.745)	-	-

21. Adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber

O detalhe das rubricas de balanço de adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber é como apresentado abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Adiantamentos a fornecedores		
Fornecedor de Imobilizado	249.000	-
	249.000	-
Outras contas a receber		
Pessoal	-	5.178
Acréscimo de rendimentos	37.572	34.823
Outros devedores	29.197	55.855
	66.769	95.856

22. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição.

	31/12/2010		31/12/2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Retenções na fonte	-	21.137	-	25.816
Pagamento por conta	-	-	-	330
Pagamento especial por conta	56.303	-	51.722	-
Estimativa de imposto	-	13.036	-	14.061
Imposto sobre o valor acrescentado				
Conta corrente	-	16.501	-	62.247
Contribuições para sistemas de protecção social	-	72.739	-	78.377
	56.303	123.414	51.722	180.831

23. Reservas legais e outras e excedentes de revalorização

Na data de relato, as rubricas de reservas legais e outras e excedentes de revalorização apresentam a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Reservas legais	315.100	309.691	309.691
Outras reservas			
Reservas Livres	909.596	909.596	909.596
	1.224.696	1.219.287	1.219.287

24. Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar

O detalhe das rubricas de balanço de adiantamentos de clientes e outras contas a pagar é como apresentado abaixo:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Outras contas a pagar		
Pessoal	-	3.433
Fornecedores de investimentos	92.706	63.498
Acréscimo de gastos	267.437	290.356
Outros credores	<u>30.042</u>	<u>20.074</u>
	<u>390.185</u>	<u>377.361</u>
Das quais		
Passivo não corrente	-	-
Passivo corrente	<u>390.185</u>	<u>377.361</u>

25. Diferimentos

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Diferimentos activos		
Seguros	14.486	20.743
Renda antecipada	<u>13.799</u>	-
	<u>28.285</u>	<u>20.743</u>
Diferimentos passivos		
Facturação antecipada	47.510	37.299
Subsídios governamentais		
IAPMEI	-	33.428
	<u>47.510</u>	<u>70.726</u>

26. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados abaixo:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Subcontratos	173.468	305.428
Trabalhos especializados	88.828	71.659
Publicidade e propaganda	9.872	12.564
Honorários	36.020	47.277
Comissões	12.139	22.061
Conservação e reparação	421.020	416.483
Material de escritório	2.852	3.216
Electricidade	162.589	172.604
Combustíveis	42.612	36.444
Água	6.389	8.396
Deslocações e estadas	49.211	42.692
Transportes de pessoal	1.453	1.631
Transportes de mercadorias	172.445	189.151
Rendas e alugueres	260.577	250.992
Comunicação	32.382	30.867
Seguros	33.356	43.778
Contencioso e notariado	28.882	38.268
Despesas de representação	22.864	28.630
Limpeza Higiene e Conforto	43.113	40.523
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8.149	3.546
Livros e Documentação Técnica	2.146	122
Artigos para Oferta	2.548	7.480
Outros fornecimentos e serviços externos	<u>54.264</u>	<u>63.873</u>
	<u>1.667.178</u>	<u>1.837.686</u>

27. Depreciações de activos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o resumo dos gastos com depreciações de activos é como apresentado abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	642.130	562.694
	-	-
	<u>642.130</u>	<u>562.694</u>

28. Variações de justo valor

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o resumo das variações de justo valor é como apresentado abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Ganhos (perdas) de justo valor em instrumentos financeiros (Nota 16)	186.245	481.380
	<u>186.245</u>	<u>481.380</u>

29. Outros rendimentos e ganhos

Na data de relato a rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	583
Ganhos em inventários	2.675	15.495
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	87.359	48.464
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	42.747	8.428
Outros rendimentos financeiros	1.445	35.062
Outros	-	161.416
	<u>134.227</u>	<u>269.448</u>

30. Outros gastos e perdas

Na data de relato a rubrica de outros gastos e perdas apresenta a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009
Impostos	(15.887)	(10.027)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(71)	(103)
Dívidas incobráveis	-	(16.852)
Perdas em inventários	(21.349)	(633)
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	(108.765)	(266.239)
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	(2.793)	-
Outros	(54.770)	(25.331)
	<u>(203.636)</u>	<u>(319.186)</u>

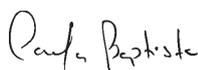
31. Resultado por acção

O resultado básico e diluído por acção nos exercícios de 2010 e 2009 é como apresentado abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Resultado líquido do período	(638.298)	194.958
Número médio ponderado de acções em circulação	487.899	487.899
Resultado basico por acção	<u>(1,31)</u>	<u>0,40</u>

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



Carla Sofia Jesus Baptista



Miguel Nuno R. Marques Abranches Pinto



António Assis Nunes



Luís Filipe R. Gonçalves Pereira

Composição dos Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Benjamim Mendes
Secretária: Carla Sofia Jesus Baptista

Conselho de Administração

Presidente: Klaus Ludwig Hellmut Saalfeld
Vogal: Miguel Nuno Ramos Gonçalves Pereira
Vogal: Luís Filipe Gonçalves Pereira
Vogal: António Laurentino Assis Nunes
Vogal: Carla Sofia Jesus Baptista

Conselho Fiscal

Presidente: PKF & Associados, SROC, Lda (Nº 152), efectivo (registada no Registo de Auditores da CMVM sob nº 9005)
Representada por José de Sousa Santos (ROC nº 804) e
Suplente Paulo Jorge Macedo Gamboa (ROC nº 1.068)
Vogal: Wolfgang Kemper
Vogal: Colette Marie Louise Antoinette Ghislaine Schmitz

Participações no Capital Social

Participações dos membros do Conselho de Administração no Capital da empresa (nos termos do nº 5 do artº 447 C.S.C.

Membros do Conselho de Administração titulares de acções a 31.12.2010

António Laurentino Assis Nunes	3.000
Carla Sofia Jesus Baptista	3.000
Luís Filipe Gonçalves Pereira	56.110 (*)

(*) – As acções encontram-se averbadas em nome de Forum Villae, Lda,

Participações Qualificadas (artº 20 do C.V.M)

Julia Suzanne Katherina Saalfeld	141.665
Gisela Saalfeld Bruckert	101.000
Fórum Villae, Lda	56.110
Raquel de Castro Roque Lourenço Pinheiro	50.000

Aprovação dos Resultados

Extracto da acta da Assembleia Geral do dia 31 de Março de 2011

(...) 2 - "Deliberar sobre a proposta de aplicação de Resultados".

“Entrou-se em seguida no ponto número dois da Ordem de Trabalhos. Como não houve intervenções, foi posta a votação a proposta de Aplicação de Resultados da Administração de levar à conta de Resultados Transitados o Resultado Negativo de 638.298 (seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa e oito euros); a proposta foi aprovada por unanimidade.”

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **LITHO FORMAS PORTUGUESA – Impressos Contínuos e Múltiplos S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 9.140 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.572 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 638 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **LITHO FORMAS PORTUGUESA – Impressos Contínuos e Múltiplos S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2011



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804)

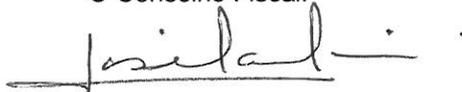
LITHO FORMAS PORTUGUESA – IMPRESSOS CONTÍNUOS E MÚLTIPLOS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2010

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e em harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a actividade da **LITHO FORMAS PORTUGUESA – Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A.** durante o exercício de 2010, tendo procedido às verificações que julgámos convenientes, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da Empresa e aludindo às operações de maior significado.
3. As Demonstrações Financeiras foram examinadas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, em consequência, emitiu a Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, documento com o qual concordamos.
4. Face ao exposto, relevando as conclusões da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia-geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2010;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

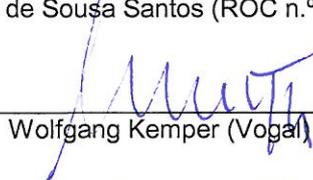
Lisboa, 15 de Março de 2011

O Conselho Fiscal:



PKF & Associados, SROC, Lda. (Presidente)
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 152
Auditor registado na C.M.V.M. com o n.º 9005

Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804)



Wolfgang Kemper (Vogal)



Colette M. L. A. Schmitz (Vogal)